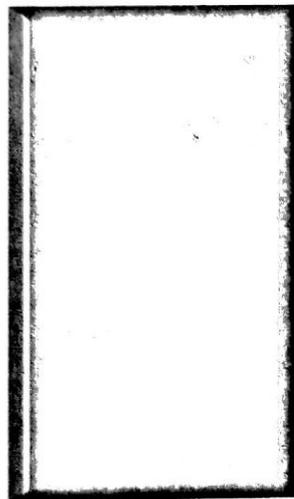


Marcos Reigota ()*

***Da etnografia às narrativas
ficcionalis da práxis ecologista:
uma proposta metodológica. (**)***

(*) Professor do Programa de Pós-graduação em Educação de Ciências na Universidade de Sorocaba - UNISO.

(**) Este texto faz parte da pesquisa “Nós, as/os ecologistas no processo de globalização”, concluída com uma bolsa do acordo Capes (Brasil)/DAAD (Alemanha), no Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, entre agosto e novembro de 1997.



RESUMO

Procurando explicitar os aspectos da militância e das características pessoais dos ecologistas, bem como sua atuação em diferentes partes do mundo, sem interferir nas características metodológicas próprias das ciências humanas (entrevistas, questionários e relatos etnográficos), o autor propõe, como metodologia, as "narrativas ficcionais". Sua origem está relacionada com as questões éticas de exposição no espaço público de particularidades que se situam no âmbito privado dos militantes. Na sua elaboração foram utilizadas as contribuições literárias de Jorge Luis Borges, Clarice Lispector e Fernando Pessoa.

ABSTRACT

Trying to explain aspects of the militancy and personal characteristics of ecologists as well as their work in different parts of the world, not interfering in the methodological characteristics peculiar to human sciences (interviews, questionnaires and ethnographic reports) the author suggests "fiction narratives" as a method. Their origin is connected with the ethic aspects belonging to the privacy of the militants which are exhibited publicly. Literary contributions from Jorge Luis Borges, Clarice Lispector and Fernando Pessoa have been used in the production of this text.

Introdução

Em 1960, quando esteve no Brasil, Jean-Paul Sartre fez uma histórica conferência na Faculdade de Filosofia de Araraquara, na qual, segundo Antônio Cândido, “foi possível verificar a sua posição filosófica de pensador que reexaminava o marxismo à luz do que se chamou o existencialismo, na conferência onde expôs o miolo da *Question de Méthode...*”¹. O conteúdo dessa conferência foi publicado em livro, com o título “Sartre no Brasil: A conferência de Araraquara”, mas e, no subtítulo “Filosofia marxista e ideologia existencialista” que se encontram as principais questões abordadas por ele, na ocasião. Para Luiz Roberto Salinas Fortes, que traduziu e prefaciou a edição brasileira, em Araraquara, o famoso filósofo francês insistiu em certos temas e antigas obsessões, como a noção de liberdade, por exemplo.

Segundo Fortes, para Sartre *Liberdade* é uma “palavra-chave que continua gozando do maior prestígio”. A própria “dialética”, batizada como “lógica da liberdade”. O “projeto” continua, igualmente, como instância fundamental a caracterizar a livre práxis individual, esta “dialética constituinte”, que é o grande modelo de inteligibilidade para toda e qualquer ação histórica concreta, envolvendo uma multiplicidade de práticas muitas vezes antagônicas. E se, antes, tal como era defendido na famosa conferência (de Araraquara), o “existencialismo” era um “humanismo”, embora agora já não se insista demais no termo “existencialismo”, a perspectiva crítica continua sendo “humana” (demasiado humana mesmo, para o gosto de alguns). O “humanismo”, enfaticamente reafirmado, reaparece agora na forma de fundamentação da Antropologia que busca recuperar a “insuperável singularidade da aventura humana”².

Em duas passagens do texto, Sartre (1987) enfatiza aspectos caros à antropologia. Na primeira delas, comenta o necessário esforço de “compreensão”, na qual o pesquisador deve procurar entender que “é no outro que se esconde o que se assemelha a nós”. (pág. 71). Para exemplificar essa idéia, observa: “O indígena, na sociologia e na etnografia clássicas, eu não compreendo. Fico sabendo que, em tais circunstâncias, faz tal coisa. Fico sabendo também que certas atitudes ou certos ritos estão ligados a tais crenças ou a tais necessidades.

¹ O texto de Antônio Cândido foi publicado na contra-capas do livro de J.P Sartre. **Sartre no Brasil**. A conferência de Araraquara (Filosofia Marxista e Ideologia Existencialista). 2. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra/Unesp, 1987.

² L. S. Fortes. Introdução. In J. P Sartre., op. cit. p. 16-17.

Mas não o compreendo. Ao contrário, compreendo Lévi-Strauss e percebo, nesse momento, que posso igualmente compreender o indígena. Isto é, há um tipo de conhecimento que não se pode determinar direta ou indiretamente por meio de números, por estatísticas, por ligações legais, mas que é, de qualquer forma, um conhecimento: o conhecimento do questionador pelo questionado, ou através do questionador, do próprio questionado; ou seja a compreensão.” (pág.71). Em resumo, para Sartre compreensão “é algo estritamente reservado ao que podemos aprender, nós, da ação de um outro.” (pág. 73).

Na segunda passagem, aborda temas que dizem respeito às relações, que se estabelecem entre pesquisador/pesquisado: “Quando compreendo o indígena que estudo, se verdadeiramente o compreendo, o que no fundo não pode ocorrer senão na amizade e a maioria dos etnógrafos, aliás, amou aqueles a quem estudava, quando o compreendo, compreender é a um só tempo uma relação prática e uma relação humana de amizade, de amor; amar, compreender, agir em conjunto e uma única e mesma coisa.” (pág.73).

As relações de amizade e amor entre pessoas de culturas diferentes, entre pesquisador e pesquisado, como as citadas por Sartre, constituem, ainda hoje, uma questão delicada a toda atividade científica. Embora essas e outras relações de intimidade entre pesquisador e pesquisado(s) possam ser encontradas em diferentes textos antropológicos, as mesmas aparecem camufladas pelas exigências de “objetividade científica”, ocupando papel secundário nos relatos e estudos.

As relações de intimidade que se estabelecem entre pessoas de grupos, de culturas, de geração, gênero, etnia, classe social diferentes têm sido mais enfatizadas nas pesquisas etnográficas, vertente mais contemporânea (e urbana) da antropologia. Para Hammersley e Atkinson (1983, pág. 8), a etnografia rejeita a busca de leis universais, buscando descrever os detalhes das experiências concretas de vida numa cultura particular e os papéis sociais ou modelos que a constituem”³.

Segundo Scott (1996, pág. 153), o pós-modernismo e os estudos lingüísticos influenciaram a etnografia, permitindo que os etnógrafos se expressem com o

³ M. Hammersley & P. Atkinson. **Ethnography, principles in practice**. London and New York: Tavistock Publications, 1983. Apud Scott D. (1996), *Ethnography and education*. In D. Scott: R. Usher, **Understanding educational research**. London/New York: Routledge, 1996, p. 14.

seu estilo pessoal. Assim, os textos devem ser lidos, de modo contínuo ou fragmentado, como uma mediação, do ponto de vista do pesquisador, sobre a realidade observada.

Entre as pesquisas antropológicas e etnológicas, existem perspectivas diferentes. O antropólogo “observa” um grupo distinto do seu. Geralmente, o pesquisador procura estudar uma cultura “primitiva”, cujos referenciais são muito diferentes dos seus, e tenta entendê-la e descrevê-la, utilizando os argumentos e os modelos aprendidos na universidade, tidos como científicos, aceitáveis e predominantes. O etnógrafo, além de observar uma cultura diferente da sua, procura estar/conviver/fazer parte, mesmo que temporariamente, procurando integrar-se o máximo possível.

Nesse sentido, estabelece relações de confiança, parceria, cumplicidade, amizade, enfim, relações afetivas e sociais que vão permitir-lhe observar e dar significados ao cotidiano vivenciado. Mas, o pesquisador pode representar como um ator de teatro (e, na verdade, ele representa um papel), quando se envolve e vivencia culturas, hábitos e costumes de grupos muito diferenciados dos seus. Por mais verídico que seja o seu papel e por melhor que seja sua performance, ele “está” representando um papel com um tempo e espaço semidefinidos. O pesquisador não é um legítimo componente do grupo com o qual esta vivenciando experiências cotidianas de vida. Será sempre o pesquisador vindo de um mundo à parte, distante daquele que quer conhecer e fazer conhecido. Será, em muitos casos, bem-acolhido, mas não será reconhecido pelo grupo com o qual convive como um dos seus.

As identidades profissional, política, étnica, de gênero e geração são mutantes, o que faz com que a possibilidade de ser múltiplo num contexto cultural diferente, possa trazer ao pesquisador dificuldades para estabelecer, no convívio cotidiano, relações de intimidade com os seus interlocutores que permitam a obtenção de dados preciosos. Entre “ser” e “estar” membro de um grupo ou cultura específicos, que se quer estudar, há uma enorme diferença, que Fernando Pessoa (Álvaro de Campos) explicita da seguinte forma: *Há entre quem sou e estou/ uma diferença de verbo/ que corresponde à realidade*⁴.

Assim, a(s) identidade(s) do pesquisador no momento em que está realizando a pesquisa é de extrema importância, no sentido de que é como ele se

⁴ Citado por M. V. L. Matos *A vivência do tempo em Fernando Pessoa*. Lisboa: Verbo. 1992, p. 27.

autoidentifica em relação às questões que quer abordar e como ele é identificado pelo(s) seu(s) interlocutor(es), que o resultado do seu trabalho poderá ser validado e digno de crédito.

Voltamos, então, ao tema inicial que diz respeito às relações de intimidade que se estabelecem entre pesquisador/pesquisado, que permitem uma melhor compreensão não só do tema em questão, mas também de nós mesmos, pesquisadores, já que é no outro que se esconde o que se assemelha a nós” (Sartre, 1987, pág.71).

As relações de intimidade que surgem devem deixar o lugar subalterno que ocupam nas pesquisas, sem desconsiderar a importância da objetividade que estudos desse porte devem conter. A questão aqui não é o já desgastado debate entre objetividade e subjetividade na prática científica; apenas quero argumentar que o pesquisador não pode deixar de lado a qualidade e o tipo de relações que se estabeleceram entre ele e o seus interlocutores e a influência que tiveram para se obter informações e detalhes importantes. Quando abordamos as relações que surgiram no processo de pesquisa, deparamos com questões éticas não muito bem definidas e delimitadas na exposição de dados que foram conseguidos em momentos de intimidade. Como distinguir, separar, utilizar informações que são quase como confidências feitas em conversas, entre amigos, parceiros, cúmplices? Como preservar as relações construídas, não expondo publicamente a privacidade de pessoas, já que o resultado da pesquisa, inevitavelmente, ganhará o espaço público (a dimensão desse espaço público, seja ele pequeno ou grande, não altera o compromisso ético), através de artigos, livros, relatórios de pesquisas, cursos, conferências, seminários, etc...?

Na pesquisa etnográfica (e nas pesquisas em ciências humanas em geral), comunicam-se previamente aos interlocutores e componentes do grupo a ser estudado, as intenções e objetivos da pesquisa. Assim, embora nem o pesquisador nem os seus interlocutores tenham muito claros os caminhos que a pesquisa terá, no decorrer do processo, eles partem de um pré-acordo comum. O pesquisador informa, ainda, a seus pares e colegas da instituição onde trabalha. A (possível) agência financiadora é informada das diretrizes básicas, eventualmente uma editora e/ou revista científica ou, ainda, canal de televisão esperam pelos resultados parciais e/ou definitivos. Enfim, a pesquisa é de conhecimento público desde o seu processo de elaboração, definição de objetivos, instrumentos e métodos de coletas de dados, amostragem, custos e financiamentos, solicitação de financiamento, primeiros contatos com as pessoas dos grupos a serem pesquisadas, etc, até a apresentação dos seus resultados.

Esses são alguns dos elementos básicos que caracterizam uma pesquisa científica. No entanto, no trabalho *“Nós (as/os) ecologistas: Um estudo etnográfico”*, que realizei, os elementos básicos da pesquisa etnográfica foram muito úteis no seu início, mas se mostraram insuficientes ao longo do mesmo, exigindo, assim, alternativas que me levaram a explorar as possibilidades ficcionais. Numa das primeiras versões desse estudo, procurava fundamentá-lo dentro da metodologia etnográfica, considerando-a mais próxima dos meus objetivos. Nos meus rascunhos e notas, escritos em julho de 1995, encontrei esta passagem:

Os meus ‘informantes’, evidentemente, têm a sua identidade camuflada, por questões éticas e porque são pessoas muito queridas. Com isso tenho usado e abusado das possibilidades ficcionais, criando personagens e cenários a partir dos relatos que tenho. Cada um dos meus informantes poderá reconhecer/identificar-se em parte, ao longo do texto, mas dificilmente se reconheceriam completamente, já que misturo as informações, características pessoais, paisagens, etc... Apesar dessas liberdades, não me atreveria a afirmar que o meu texto é obra de ficção, e se, assim for entendido, espero que não seja qualificado de ficção da pior categoria.

Um trabalho etnográfico??? Tenho minhas dúvidas. Possivelmente os etnólogos poderão questionar a exposição e interpretação dos dados. A minha opção pela pesquisa etnográfica, é muito mais no sentido lingüístico e explicativo, já que possibilita uma auto-referência, do que uma adesão ao processo de pesquisa científica. No entanto, o meu trabalho é etnográfico na medida que os “dados”, que possuo e interpreto, são, na maior parte, vivências de pessoas com as quais pude partilhar momentos de suas vidas.

Obtive os meus “dados”, durante o tempo de beber um café numa estação de trem, de um almoço num restaurante universitário, de uma caminhada pela cidade, ou da convivência cotidiana, no trabalho, na militância ou na intimidade, com os meus ‘pesquisados’, durante meses ou anos...

Estava preocupado com a “cientificidade” do trabalho, preocupação essa muito mais decorrente de hábitos pessoais do que necessariamente compromisso com uma linguagem e metodologia científicas, exigências profissionais e critérios institucionais. Eu não tinha nenhum dos compromissos financeiros, institucionais e teóricos que caracterizam o trabalho de um pesquisador. Tinha total liberdade para escrever. O meu único compromisso era comigo mesmo e com os meus amigos e colegas que me forneciam “os dados”. O meu desejo era escrever, apenas escrever, sobre os ecologistas inseridos no processo de globalização social e cultural e das relações sociais e afetivas.

Quando percebi que possuía a fundamental e cara liberdade para escrever, fui-me despindo dos maus hábitos científicos, mas não de suas contribuições. A possibilidade de escrever um texto dentro da perspectiva inicial (“um estudo etnográfico”) foi sendo substituída pela possibilidade, menos científica, mais criativa, mas não menos etnográfica, que denominei “narrativas ficcionais”⁵. Além dos motivos já expostos, essa substituição ocorreu devido a uma série de questionamentos e a desafios que encontrava para abordar todos os temas que queria, que são os seguintes:

- a) dificuldade em situar o estudo no quadro teórico da etnografia reconhecido e praticado pela comunidade científica, ao mesmo tempo em que, em trabalhos realizados na perspectiva da pós-modernidade se verificam tímidas, mas importantes “transgressões” epistemológicas, estilísticas e temáticas;
- b) a obtenção dos “dados” e informações não obedece a nenhum dos critérios de pesquisa. Nem as “entrevistas não diretivas” se encaixam nesse quadro, já que elas se situam dentro de um contexto, no qual os papéis do pesquisador e do pesquisado são definidos e conhecidos *a priori* e se estabelece entre eles um acordo comum;
- c) heterogeneidade das questões e do tempo, na obtenção das informações que constituem o núcleo de cada narrativa. As informações obtidas são consequências de observações e encontros eventuais, não sistematizados, ou das relações sociais e afetivas cotidianas;
- d) heterogeneidade cultural do grupo, cujos pontos em comum são o “nomadismo”, o alto nível de formação acadêmica e o envolvimento profissional e político com a ecologia;
- e) limites concretos para abordar com profundidade temas, conflitos e culturas complexas, que exigem um grande esforço e mergulho nas suas raízes históricas e nas suas diversas versões.

⁵ A denominação “narrativas ficcionais”, foi sugerida pelos colegas Clélia Nascimento-Schulze, Mary Jane Paris Spink e Pedrinho Guareschi, na Reunião da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (Teresópolis/Maio de 1996), ocasião em que apresentei o esboço deste trabalho com o título: “Nós, (as/os) ecologistas: Um estudo etnográfico”.

Embora todos esses elementos tenham sido fundamentais para a substituição da perspectiva de “estudo etnográfico” para a de “narrativas ficcionais”, o principal deles estava relacionado com critérios éticos sintetizados nas seguintes questões:

- 1) como pesquisador, poderia utilizar “dados”, informações, confidências e momentos especiais, onde eu tinha sido a única ou uma das poucas testemunhas, sem ferir, delatar, denunciar, expor, tomar públicos momentos de conflito, dor, amor, amizade, que presenciei em espaços privados?
- 2) como pesquisador interessado em trazer ao debate público-científico as situações concretas da vida complexa e fragmentada de nossa época, poderia me basear em pessoas com as quais tenho relações sociais e de intimidade, expondo a privacidade delas?

A alternativa que encontrei e que constitui a base das narrativas ficcionais foi “embaralhar” ao máximo os fragmentos e estilhaços e criar “colagens”, baseadas em fatos reais, mas que devem ser lidas/vistas como ficção. Nenhum personagem pode ser encontrado na vida real, conforme descrito, pois nenhum é reflexo de uma única pessoa, mas sim constituído de múltiplos fragmentos encontrados nos diferentes indivíduos do grupo estudado. Cada personagem adquire identidade própria, que pode ser reconhecida (ou não) pelas pessoas que contribuíram com detalhes de sua cultura, sentimentos, estilo de vida, opções estéticas, profissionais, sexuais, etc...

1. Expressão escrita

“Escrever é prolongar o tempo, é dividi-lo em partículas de segundo, dando a cada uma delas uma vida insubstituível”

Escrever sobre as/os ecologistas, no processo de globalização, considerando a importância política planetária desse grupo ao qual pertencço, como profissional e com o qual me identifico culturalmente e atuo politicamente, foi um grande desafio, já que parecia inevitável não abordar a intimidade de pessoas que vivem e recebem os estilhaços dos grandes conflitos contemporâneos, as grandes mudanças comportamentais e contradições culturais do nosso século. Queria escrever sobre as dificuldades cotidianas encontradas por nós, as/os ecologistas envolvidos com as questões políticas, sociais e culturais contemporâneas,

queria escrever sobre pessoas, militantes e profissionais, colegas e amigos ecologistas de várias partes do mundo com as quais pude conviver e com as quais mantenho contato, ao mesmo tempo em que procurava deixar registrada muitas passagens da minha própria práxis e identidade ecologistas.

As questões (teóricas e existenciais) que me fazia podem ser sintetizadas nas seguintes:

- 1) Como nós (pronome), as/os ecologistas, podemos dar respostas aos grandes problemas ecológicos de dimensão planetária, se no nosso cotidiano público e privado as dificuldades, os nós (substantivo) são dificilmente desatados;
- 2) Estariam as respostas e/ou os fundamentos para a solução de problemas complexos e de amplitude internacional nas soluções e alternativas encontradas individualmente, em dupla, em trios, ou, ainda, em pequenos grupos, que poderiam ser considerados como “minorias ativas”?
- 3) Seremos nós (pronome), as/os ecologistas, precursores do estilo de vida da pós-modernidade ou continuadores de uma concepção existencialista anacrônica, herdeira dos movimentos libertários de 1968?
- 4) Como o processo de globalização (nos seus aspectos políticos, culturais, sociais e ecológicos), do qual os ecologistas são um dos grupos pioneiros, afeta o cotidiano, subjetividade e intimidade das/dos ecologistas com atuação internacional?
- 5) Como as representações sociais que temos uns dos outros, pessoas de culturas e nacionalidades diferentes, fazendo parte da mesma geração (pós-68) e atuação política e profissional influenciam os espaços: macro, da política internacional entre os países dos hemisférios Norte/Sul; e micro, das relações afetivas cotidianas dos casais e grupos de amigos interstícios?

Para responder a essas perguntas, poderia recorrer a uma série de documentos como diários de viagem, cartas, notícias de jornais, experiências pessoais vividas e/ou testemunhadas, filmes, romances, etc... assim como a bibliografia científica disponível sobre o tema⁶. Passei à leitura de textos autobiográficos, biografias, estudos e reportagens sobre pessoas que influenciaram a minha práxis

⁶ São as fontes sugeridas por N. K. Denzin. **Interpretative Biography**. Newbury Park: Cal, Sage, 1989, p. 7. Apud M. Erben. Biographical method. In D. Scott; R. Usher. **Understanding educational research**. London: Routledge. 1996

ecologista, como: Albert Einstein, Oswald de Andrade, Paul Feyerabend, Paulo Freire e Fernando Gabeira.

Procurei verificar, nesses textos, o nível, a qualidade e a influência das relações que esses homens tiveram com os seus colegas, amigos e amigas, assim como a importância que as suas companheiras, mulheres e namoradas tiveram no desenvolvimento do pensamento artístico, político e científico que marcaram o nosso século. A lista é masculina, mas a presença de mulheres, como Tarsila do Amaral e Patrícia Galvão, na vida de Oswald de Andrade, Mileva Maric na vida de A. Einstein, Grazie Borini na vida de Paul Feyerabend, Madalena Freire e Ana Maria de Araújo na vida de Paulo Freire, entre outras, foi fundamental para se entender como, na intimidade de relações afetivas, surgem e se desenvolvem perspectivas científicas, políticas e culturais, que caracterizam uma época.

Ao lado desses nomes conhecidos, passei a ficar atento as notícias publicadas na imprensa sobre algum aspecto do cotidiano de um/uma ecologista anônimo ou até então desconhecido para mim, e a ler com um “outro olhar” as cartas, postais e *e-mails* que recebia, acompanhando atentamente, o modo como a mídia internacional abordava os temas e conflitos políticos, culturais, sociais, ecológicos que diziam respeito diretamente aos meus colegas e amigos. Procurava, assim, escrever sobre a práxis dos ecologistas com os quais convivo e que fazem parte do meu círculo de amizades; dessa forma; estaria também escrevendo sobre a minha práxis e sobre as minhas relações com essas pessoas.

Se expor a minha própria práxis, na tentativa de responder às questões que me fazia, não suscitava qualquer problema ético *a priori*, o mesmo não acontecia, como já foi observado acima, quando envolvia pessoas próximas, a cujas histórias/estórias tive acesso em momentos de intimidade, amizade, cumplicidade e coleguismo. Essa condição ética, aliada à minha necessidade pessoal de expressar, através da escrita, idéias, experiências e sentimentos de uma parcela dos ecologistas, me levou a explorar as suas possibilidades criativas, dando origem às narrativas ficcionais.

2. Narrativa, ficção e narrativas ficcionais.

Com a crescente presença da perspectiva pós-moderna nas ciências humanas, uma série de trabalhos de diferentes disciplinas, como História, Geografia, Filosofia, Psicologia, Sociologia, Crítica Literária, etc... tem usado como fontes

ecologista, como: Albert Einstein, Oswald de Andrade, Paul Feyerabend, Paulo Freire e Fernando Gabeira.

Procurei verificar, nesses textos, o nível, a qualidade e a influência das relações que esses homens tiveram com os seus colegas, amigos e amigas, assim como a importância que as suas companheiras, mulheres e namoradas tiveram no desenvolvimento do pensamento artístico, político e científico que marcaram o nosso século. A lista é masculina, mas a presença de mulheres, como Tarsila do Amaral e Patrícia Galvão, na vida de Oswald de Andrade, Mileva Maric na vida de A. Einstein, Grazie Borini na vida de Paul Feyerabend, Madalena Freire e Ana Maria de Araújo na vida de Paulo Freire, entre outras, foi fundamental para se entender como, na intimidade de relações afetivas, surgem e se desenvolvem perspectivas científicas, políticas e culturais, que caracterizam uma época.

Ao lado desses nomes conhecidos, passei a ficar atento as notícias publicadas na imprensa sobre algum aspecto do cotidiano de um/uma ecologista anônimo ou até então desconhecido para mim, e a ler com um “outro olhar” as cartas, postais e *e-mails* que recebia, acompanhando atentamente, o modo como a mídia internacional abordava os temas e conflitos políticos, culturais, sociais, ecológicos que diziam respeito diretamente aos meus colegas e amigos. Procurava, assim, escrever sobre a práxis dos ecologistas com os quais convivo e que fazem parte do meu círculo de amizades; dessa forma; estaria também escrevendo sobre a minha práxis e sobre as minhas relações com essas pessoas.

Se expor a minha própria práxis, na tentativa de responder às questões que me fazia, não suscitava qualquer problema ético *a priori*, o mesmo não acontecia, como já foi observado acima, quando envolvia pessoas próximas, a cujas histórias/estórias tive acesso em momentos de intimidade, amizade, cumplicidade e coleguismo. Essa condição ética, aliada à minha necessidade pessoal de expressar, através da escrita, idéias, experiências e sentimentos de uma parcela dos ecologistas, me levou a explorar as suas possibilidades criativas, dando origem às narrativas ficcionais.

2. Narrativa, ficção e narrativas ficcionais.

Com a crescente presença da perspectiva pós-moderna nas ciências humanas, uma série de trabalhos de diferentes disciplinas, como História, Geografia, Filosofia, Psicologia, Sociologia, Crítica Literária, etc... tem usado como fontes

as narrativas presentes nos filmes, na literatura, nas autobiografias. Nesse contexto, a noção de narrativa é sempre muito citada, mas pouco definida.

Não é o caso, por exemplo, de Worthington, K. (1996, pág.13/14). Para ela a narrativa é mais que uma simples descrição: “ As narrativas estão relacionadas não com momentos isolados ou atos particulares, mas com a *seqüência* dos atos e eventos. Elas estão dispendo e interconectando as percepções fenomenológicas, ou a memória dessas percepções no tempo e no espaço. No processo de narração, momentos discretos e atos são contextualizados: eles são imersos numa história.” Nesse sentido as narrativas se caracterizam pela “ memória” disponível sobre os eventos e as suas repercussões; portanto estão próximas da ficção. Isso não significa que a narrativa, ao se aproximar da ficção, corre o risco de necessariamente expressar, de forma incorreta e deturpada, os fatos, mas sim da disposição com que esses fatos são interpretados, recebidos, vivificados e “ seqüenciados” por cada pessoa.

Escreve LaRossa R. (1995, pág.553/554): “Todas as estórias têm um elemento de mito ou de ficção nelas, e com isso, todas as estórias sugerem algum nível de manipulação... As estórias, de acordo com Hopper, não são puro artefato, mas elas não são também completamente verdadeiras”⁷. As narrativas (escrita, oral, visual, corporal) não são nem verdades, nem mentiras, mas uma forma criativa (depressiva, alegre, positiva, negativa, pessimista, otimista, nostálgica, saudosista, futurista, realista, surrealista, impressionista, fragmentada, barroca, minimalista, redundante, clássica, erudita, *pop*, *kistch*, etc..) de organizar e comunicar situações vividas e imaginadas.

A sua proximidade com a ficção se torna mais imediata e visível, aproximando-se da criatividade, expressão e interpretação artísticas, fazendo com que se distancie da veracidade dos fatos, exigida e buscada pelo objetivismo científico. Se toda narrativa tem o seu componente ficcional, nem por isso ela conquista a categoria de ficção literária ou artística. Essas últimas requerem elevado grau de elaboração e complexidade da palavra, da escrita e das imagens. O crítico literário Lucchesi, analisando os textos de Clarice Lispector e Virgílio Ferreira, define ficção literária como sendo “ o espaço onde a experiência humana torna ilimitado o horizonte existencial, concretizando-se nas variadas formas literárias (romance, poema, conto, crônica, etc...)” (Lucchesi, 1987, pág.12).

⁷ LaRossa cita o trabalho de J. Hoper, The rhetoric of motives in divorce, **Journal of Marriage and the Family**, 55, p. 801-813.

Para Lucchesi (1987, pág. 16), “a ficção literária é uma manifestação da ‘errância’, na medida em que investiga, através do impulso criador, a radicalidade do **existir**.” O autor usa o termo “errância”, no sentido de erro em contraposição a noção de verdade e não no sentido nômade, de “sem eira, nem beira”, no entanto, tanto a noção de errância, como contraposição à verdade, e o sentido nômade (que eu acrescento) que ela possa ter, me parecem adequados para a idéia da **radicalidade do existir**, que Lucchesi identifica na ficção literária de Clarice Lispector e Vergílio Ferreira.

Entre as suas três definições de “ficção de errância”, uma delas traduz, sob meu ponto de vista, essa dupla possibilidade:

A errância, como manifestação da condição humana, e investigada e assumida na perspectiva do homem, ser errante (que comete erros) que é. Trata-se da existencialidade projetada no espelho, a refletir a tensão entre o “ser no mundo” e o “estar no mundo”, e a tomada de consciência do homem acerca do seu estado de abandono, obrigando-o a empreender uma viagem por mares revoltos na frágil embarcação da vida, sempre à margem da verdade. Pode ser a busca ansiosa da própria identidade ou, mesmo, o reconhecimento do “outro”, Por vezes é o conflito entre o “viver-com”, e o “conviver. (Lucchesi, 1987, pág. 17).

As diferenças e proximidades entre a narrativa e a ficção delimitam formas de expressão do ser humano, presentes nas conversas do cotidiano, cartas, reportagens, textos religiosos, literários, biográficos, autobiográficos e científicos, na dança, artes plásticas, música, cinema, teatro, etc... Toda expressão do ser humano é reflexo das suas representações sociais, que exerce influência e é influenciado pelo contexto e época em que se vive. O que as diferencia, qualifica e identifica são as formas de expressão e o grau de elaboração, podendo situar-se entre a banalidade do senso comum e o anonimato do cotidiano, as obras de arte e da ciência que caracterizam e identificam uma época ou período histórico.

Foi Pierre Macherey o primeiro autor a utilizar o termo narrativas ficcionais (recit fictif/ fictive narrative), numa análise crítica sobre os textos de Jorge Luís Borges, publicada na revista **Les Temps Modernes**, em 1966⁸. Macherey não esconde sua surpresa diante dos mecanismos de escrita utilizados pelo escritor argentino. Inicia o texto, argumentando que Borges “está essencialmente preo-

⁸ A versão em inglês desse texto foi publicada em J. Alazraki. (ed), **Critical essays on Jorge Luís Borges**. Boston: G.K. Hall & Co, 1987, p. 77-83.

cupado com os problemas da narrativa: mas ele coloca esses problemas da sua forma que é profundamente ficcional. Assim, ele nos propõe uma teoria das narrativas ficcionais, correndo o risco de ser considerado pouco sério ou excessivo” (Macherey, 1966, pág. 1309). A forma pela qual Jorge Luís Borges desenvolve sua “teoria” passa pelo fato de considerar o livro como uma narrativa, afirmando que não existem duas narrativas idênticas no mesmo livro. (Macherey, 1966, pág.1309.) Em outras palavras, existem no interior do mesmo livro várias formas de interpretar (ler) as histórias e de contá-las (escrever). As múltiplas versões possíveis de cada narrativa trazem implícito que cada uma delas tem muitas outras variantes a descobrir e explorar. Macherey pergunta: “Como escrever a história mais simples, considerando que ela implica uma possibilidade infinita de variação, considerando ainda, que a forma escolhida sempre *faltarão* outras formas que poderiam estar presentes?” (pág.1313).

Dessa forma, para o crítico literário, o escritor utiliza formas simples de redação, utilizando muitas alusões: “Mais do que escrever, Borges indica uma narrativa: não aquela que ele poderia escrever, mas aquela que outros poderiam escrever” (Macherey, 1966, pág. 1312). Seguindo, talvez, os passos de Borges, ele não define o que entende por narrativa ficcional, fazendo menção a ela, no título do seu artigo e no primeiro parágrafo do mesmo, como já foi observado; no entanto é na análise da novela “A forma da espada” que a noção de narrativa ficcional fica mais explícita.

O professor Alberto Julian Perez, estudioso da obra de Jorge Luís Borges e de suas narrativas, escreve que entre elas se destaca a biografia literária do poeta popular, denominada *Evaristo Carriego*, escrita em 1930:

Neste livro Borges recria com nostalgia a vida do mundo do subúrbio de Buenos Aires até 1889: imagina o bairro de Palermo, sua geografia humana castigada pela pobreza e, adotando o ponto de vista do cronista e do testemunha, inicia o exame da personalidade do poeta e de seus livros de poemas. Em seus capítulos notamos o desenvolvimento de uma voz narrativa própria: Borges se transforma em uma testemunha imaginária da história urbana e literária de Buenos Aires que “sabe” e comenta, a partir de sua posição privilegiada, o tema escolhido. Carriego é um dos seus “poetas-personagens”; em seus “contos”, o personagem-escritor adquire múltiplas fisionomias; a voz narrativa que comenta as obras dos escritores como parte integral da trama do relato aparecera repetidas vezes; Borges é aqui “Borges”, o processo hermenêutico de interpretação de uma realidade diferente, sempre a partir de sua posição marginal, sempre como o “outro”, o

leva a integrar o processo ficcional no mundo do que é representado, no qual a posição do sujeito que observa e sempre pertinente para determinar o caráter da representação (Perez, 1992, pág. 13).

Em linhas gerais, a narrativa tem sempre um componente verdadeiro, histórico, coletivo ou particular. A partir do momento em que ela passa a ser relatada, a ficção vai-se tomando presente. Por mais próxima que seja da verdade dos fatos, cada pessoa conta a história/estória à sua maneira, enfatizando ou eliminando passagens e detalhes, deixando implícitos ou explícitos as suas representações sobre o fato concreto, suas conseqüências e desdobramentos. As narrativas ficcionais, quando apresentadas nos espaços acadêmicos e literários, correm duplo risco: de não serem consideradas como material de validade científica, nem apresentarem valor literário. Embora esses dois riscos devam ser considerados, já que são espaços políticos, sociais e culturais importantes a elaboração das narrativas ficcionais estão relacionados com dois outros critérios: o compromisso ético e a pertinência temática.

Já explicitarei como o compromisso ético foi fundamental no processo que deu origem às narrativas ficcionais. Em relação a pertinência temática, e chegado o momento de aprofundar um pouco mais esse argumento. A “instantaneidade” com a qual os meios de comunicação, principalmente a televisão, expõem os conflitos planetários e a sua virtual ou real influência na vida de pessoas que aparentemente não têm nada a ver com eles, traz vários desafios para as ciências humanas em geral: como abordar com profundidade os temas do presente cotidiano, sem cair na fugacidade jornalística, nem nas explicações “objetivas e científicas”, que em pouco tempo se mostram obsoletas?

A velocidade das profundas mudanças sociais, políticas, culturais e ecológicas planetárias das últimas décadas, aliada a uma excessiva quantidade de informações sobre países, culturas, conflitos, etc... nos coloca diante do relativismo do nosso conhecimento por mais (bem) informados que estejamos. No meio da constante avalanche de informações novas, diversificadas, contraditórias, incompletas e fragmentadas, não é de se espantar que o sentimento de impotência de se alterar, o mínimo que seja, situações de injustiça, violência, preconceitos etc... seja facilmente identificado nas conversas, debates e encontros sociais, políticos e acadêmicos, justificando determinismos e conformismos.

Nesse contexto, como definir critérios de “pertinência temática”, já que são inúmeras as questões que as ciências (e também as artes) têm diante de si, para tentar responder com um mínimo de segurança a questões relevantes do cotidia-

no, sendo que todas elas parecem necessitar da mesma urgência de análise, tendo em vista uma atuação política não fundamentada em representações sociais ingênuas sobre temas complexos?

Fui movido a escrever sobre as/os ecologistas no momento em que questões como: As guerras na ex-Iugoslávia, Ruanda e Burundi; dificuldades nos relacionamentos entre pessoas de culturas diferentes; papel político das/dos ecologistas do hemisfério Sul no contexto global; difusão e validação internacional da produção cultural e científica dos profissionais do hemisfério Sul; crise de identidades nacionais e étnicas; oportunismo dos grandes conglomerados econômicos em relação à ecologia, entre muitas outras questões de macro e micropolítica e de existência individual e coletiva que passaram a fazer parte do meu e do cotidiano de pessoas muito próximas a mim.

Creio que esses temas precisam ser discutidos com profundidade, não apenas por algumas pessoas dispersas e sem contatos entre si, mas por grupos e instituições voltadas para o estudo das questões contemporâneas, que possam desfazer o emaranhado, tomando-os um pouco mais claro, tendo em vista, repito, uma atuação política planetária com base em, pelo menos, representações sociais mais elaboradas. Nesse sentido, penso ser pertinente não só a exposição dessa temática, mas também recorrer ao acúmulo explicativo oferecido pela vivência singular de pessoas e conflitos que marcaram a história contemporânea.

Com as narrativas ficcionais, pretendo trazer ao espaço público, principalmente aos locais de debate, de formação profissional e política, e de elaboração de alternativas que possibilitem a concretização de um estilo de vida mais ecológico, pacífico, justo e prazeroso, momentos privados, de idéias, experiências e sentimentos que estão caracterizando a época em que vivemos.

3. Construindo as narrativas ficcionais.

Tendo, em primeiro lugar, o compromisso ético e a pertinência temática, a construção das narrativas ficcionais me exigiu a elaboração de cenários, identidades e personagens ecologistas. Abordar a ecologia e a práxis das/dos ecologistas implica colocar em evidência uma série de pressupostos em que se encontram, ao mesmo tempo, a problemática ecológica global e as suas conseqüências locais, os debates e projetos públicos e os seus bastidores privados, a sua importância como problemática coletiva e individual, a história contemporânea e a trajetória pessoal de cada um.

Torna-se também necessário buscar características “identitárias” comuns que possam caracterizar os personagens como ecologistas. Nesse sentido, procurei enfatizar a “errância” ou nomadismo das/dos ecologistas, principalmente da parcela desse grupo que tem atuação internacional. Como observa o ecologista brasileiro Fábio Cascino, muitos das/dos ecologistas são pessoas “desfixadas”, vivendo curtos ou médios espaços de tempo em locais (ou meio ambiente), com culturas, línguas, religião, hábitos, alimento, paisagem, clima, etc..., completamente diferentes⁹. A errância, ou nomadismo, ao mesmo tempo em que é uma característica “identitária” comum, possibilita a vivência e a multiplicação das identidades individuais em que podem ser encontradas as particularidades pessoais com a inclusão/rejeição/ “deglutição” de diferentes idéias, experiências, sentimentos e opções de vida íntima, pública e profissional.

As relações que se estabelecem entre ecologistas e os seus interlocutores de diferentes perspectivas sociais, culturais, étnicas, religiosas, políticas, etc... passam a ter fundamental importância, no sentido de que é a partir desse núcleo básico e micro, de exercício multicultural e multiidentitário, que se pode pensar nas macro possibilidades de alternativas políticas multiculturais. A noção de identidade, única e fixa, vai sendo substituída por uma outra, plural, múltipla, fragmentada, influenciada por fatores específicos do movimento de errância, do envolvimento com as questões culturais e com a problemática ecológica global.

Provavelmente, essa característica identitária das/dos ecologistas errantes esteja definindo o contorno da identidade da cidade e cidadão pós-modernos, daquele que, em outras épocas, eram conhecidos como “cidadãos do mundo”.

A identidade das/dos ecologistas, alterada pelas múltiplas influências e reconstruída em diferentes espaços e tempos, e, conseqüentemente, os discursos que as identificam, podem ser considerados como características do “pensamento frágil” (Vattimo G. Rovatti, 1983), na medida em que se tornam, tanto a identidade como o discurso, vulneráveis e indefinidos, buscando firmar-se ante as identidades e discursos consolidados e homogêneos. No entanto, o aspecto frágil, fugidio e imprevisível do discurso que sustenta as identidades pos-modernas traz consigo a possibilidade de desestabilizar as identidades e discursos conservadores. Encontra-se na sua aparente fragilidade a força criativa de possibilidades políticas, sociais e pessoais não exploradas, inovadoras, não conformistas e revolucionárias. Através da multiplicidade de encontros e

⁹ Entrevista particular. São Paulo, 16 de março de 1997.

desencontros cotidianos entre pessoas de diferentes origens sociais e culturais, as/os ecologistas “desfixados” se posicionam constantemente diante de suas (auto) referências e das (auto) referências dos seus interlocutores.

A fragilidade e a porosidade “identitária” que permitem muitas entradas e saídas, num processo circulatório constante, se manifestam concretamente no encontro ou desencontro com o/a outro/a, quando estes se posicionam como espelhos. Nesse processo, a questão identitária pode favorecer a adesão e adaptação “às normas, discursos e padrão vigentes” ou atuar como elemento fundamental, questionador, indefinido, fragmentado, contraditório, que caracteriza a construção de novas identidades. As múltiplas faces (possibilidades “identitárias”) das/dos ecologistas se revelam, ao mesmo tempo, para si próprios e refletem alguns dos seus aspectos para a(s) outra(s) pessoa(s) que vivencia(m), temporariamente o mesmo contexto. Assim, a evidência e permanência da(s) identidade(s) ficam limitadas a contextos espaciais, culturais e temporais indefinidos, podem consolidar-se como variáveis de uma múltipla e constante identidade, permanecer por um tempo específico ou desaparecer definitivamente.

Escreveu Fernando Pessoa: “Viajar! Perder países! Ser outro constantemente”¹⁰. Esses trechos poéticos confirmam uma prática ecologista, com inúmeras implicações políticas. “Ser outro constantemente” permite a construção da identidade ecologista do cidadão/cidade planetário, mas pode também originar, em sentido inverso, identidades camaleônicas, que se alteram visando “a se adaptar ao ambiente”. Essas últimas são caricaturas “identitárias” do que se imagina que possa agradar e responder as expectativas e representações dos interlocutores que são porta-vozes do discurso ecologista predominante. No contexto ecologista internacional, as caricaturas “identitárias” podem ser extremamente perigosas, já que a ação política exige identidades diferenciadas, mutantes, mas, legítimas, onde se misturam a herança histórica, a estória e o percurso individuais, as condições de existência, as influências culturais e as utopias individuais e coletivas.

A autenticidade da identidade ecologista, a que me refiro, é múltipla, passível de alterações, mas não um emaranhado de clichês e mistura de informações e significados não digeridos. Enfim, um pastiche. A implicação política da(s) identidade(s) ecologista(s) está intimamente ligada às relações concretas entre militantes, profissionais e instituições dos hemisférios Norte e Sul, através da

¹⁰ O trecho é de autoria de F. Pessoa (ortônimo). In M. V. Matos, op. cit, 1992, p. 89.

circulação de idéias que possibilitem a aplicação de alternativas e propostas práticas de benefício comum.

Esse processo implica momentos de dialogicidade, onde as identidades podem e devem ser flexíveis, desde que possibilitem a ecológica desconstrução das representações colonialistas e neocolonialistas dos colegas do Norte em relação aos do Sul, e a desconstrução dos discursos de “vítima”, “dependente”, “periférico”, “subdesenvolvido”, dos colegas do Sul em relação aos do Norte. Cabe à ecologia e as/aos ecologistas de qualquer lugar do planeta o compromisso político de construção da noção de interdependência e influências recíprocas entre os dois hemisférios, não lineares e unidirecionais do Norte para o Sul. A desconstrução de falsos mitos, *slogans* e representações sociais vigentes no cenário ecologista internacional e as possibilidades de reconstrução, a partir da desconstrução, de uma perspectiva contemporânea de ação política ecologista internacional, acontece em inúmeros locais e ocasiões.

Pode ser na intimidade das relações afetivas e sociais, na produção artística, nos institutos de pesquisa, nos departamentos governamentais de “ajuda ao desenvolvimento”, nas instituições humanitárias, na produção acadêmica de circulação internacional, nos simpósios, conferências, seminários, na elaboração de projetos envolvendo pessoas de diferentes culturas e nacionalidades, nas grandes reuniões internacionais promovidas pelas Nações Unidas, etc...

Na construção das narrativas ficcionais, procurei enfatizar os momentos e locais onde o processo de desconstrução e/ou reconstrução está/estão ocorrendo; às suas dificuldades e limites assim como os seus avanços e conquistas, utilizando como referência situações que presenciei ou de que tive conhecimento através dos meus colegas, pela produção científica e artística disponíveis bem como notícias e reportagens divulgadas pela mídia internacional. Com esse material, procurei juntar os fragmentos que me chegaram sobre questões particulares que compõem a perspectiva global em geral, não deixando de lado as minhas próprias representações sociais sobre os temas em pauta, buscando evidenciar os nós (substantivos) ecologistas em que nós (pronome), ecologistas, estamos envolvidos.

Na medida do possível e do necessário, recorro ao meu acúmulo teórico e interpretativo sobre conflitos e situações internacionais que passaram a fazer parte do meu cotidiano, e a todo tipo de informação conseguida com as pessoas que conheço ou que conheci. Para a construção de cenários e personagens

ecologistas, procurei fazer “ as ligações entre eventos históricos, construção pessoal desses eventos, histórias pessoais e suas implicações com a história coletiva” (Strauss, 1995, pág. 4), buscando auxílio nas contribuições literárias de Fernando Pessoa, Clarice Lispector e Jorge Luis Borges.

4. Fernando Pessoa, Clarice Lispector e Jorge Luis Borges

A crítica literária, os departamentos universitários, as revistas especializadas e as grandes editoras de difusão internacional estão atentas ao legado deixado por Fernando Pessoa, Clarice Lispector e Jorge Luis Borges. Abordar a contribuição de cada um deles as narrativas ficcionais seria, além de trabalho exaustivo, provavelmente muito incompleto, já que exigiria uma análise crítica dos seus textos, e eu não me julgo tecnicamente capaz de fazê-lo.

Por outro lado, quando busquei apoio em Fernando Pessoa, Clarice Lispector e Jorge Luis Borges, não estava procurando desvendar as suas características técnicas de escrita e estilo, que pudessem ser úteis ao meu trabalho. Tive-os como referência, desobedecendo (mais por deficiência que por rebeldia) aos padrões clássicos acadêmicos, pois queria preservar a relação de leitor fiel que tinha com eles, antes de começar a escrever sobre as/os ecologistas. Se, por questões éticas, teria que me dedicar à ficção, para escrever sobre a práxis das/dos ecologistas, procurei nos meus escritores preferidos referências que pudessem me orientar, estando alerta para não tentar imitar o grau de sofisticação e erudição dos mesmos, mas, se possível, a simplicidade e elegância com que brindam os seus leitores, abordando temas complexos, conflituosos e existenciais.

Buscava (e ainda busco) nos heterônimos de Fernando Pessoa, no existencialismo errante de Clarice Lispector e nas recorrentes imagens dos labirintos e espelhos de Jorge Luis Borges, trechos, passagens, argumentos, indicações que pudessem me orientar na construção das narrativas ficcionais. Assumi um risco premeditado, inevitável e incontornável, já que os três são escritores muito conhecidos do grande público, além de terem grande parte de sua obra esmiuçada pelos críticos literários.

4.1- Fernando Pessoa

Em relação a Fernando Pessoa é bem conhecida a sua capacidade de “multiplicar-se”, multiplicando, assim, as suas possibilidades existenciais através

dos heterônimos e na construção de inúmeros pseudônimos dos seus heterônimos. Dessa forma, Fernando Pessoa chama a nossa atenção para a possibilidade da existência de “múltiplos eus”, concretos ou desejados, vivenciados ou projetados, inaugurando e antevendo o que viria a ser uma das características básicas da identidade pós-moderna. O processo de origem dos heterônimos Alberto Caeiro, Ricardo Reis e Álvaro de Campos, que compõem com o próprio Fernando Pessoa a maior parte da produção literária até então conhecida do poeta, foi sendo elaborado, segundo o crítico Angel Crespo (1995), “calculando minuciosamente os elementos biográficos, intelectuais e até sentimentais, segundo os quais devia se desenvolver a obra poética desses personagens, cuja existência dependia, naturalmente, dos textos a eles atribuídos” (pág. 77).

Diante das inúmeras possibilidades oferecidas pelos heterônimos de Fernando Pessoa, quero, então, explicitar a sua produção literária que serviu como base para a construção das narrativas ficcionais, principalmente no que diz respeito à elaboração dos personagens, às suas identidades e as suas relações profissionais, pessoais e afetivas comigo. Entre os seus textos, muitos podem ser citados, e algumas passagens já foram utilizadas ao longo deste texto; a minha “pesquisa” consistiu em encontrar, entre tantas citações possíveis, uma e apenas uma, que pudesse dar o sentido e o significado da sua presença, identificação e contribuição a construção das narrativas ficcionais e que apresentasse pontos em comum e complementares aos trechos escolhidos dos textos de Clarice Lispector e Jorge Luis Borges.

A escolha recaiu sobre uma passagem onde “a expressão de sinceridade é nítida” (Matos, 1992, pág. 251), escrita por Álvaro de Campos, provavelmente o mais cosmopolita, entre todos os heterônimos de Fernando Pessoa: *Sentir tudo de todas as maneiras/ter todas as opiniões/Ser sincero contradizendo-se a cada minuto*¹¹.

4.2- Clarice Lispector.

O crítico literário I. Lucchesi (1987) afirma que Clarice Lispector e Vergílio Pereira comprovam que “a existência do indivíduo está condenada a viver no

¹¹ Trecho publicado em M. V. Matos, op. cit. p. 251. A autora não fornece a referência bibliográfica. Apenas esclarece tratar-se de Álvaro de Campos, p. 226. Provavelmente, trata-se do **Livro do desassossego**, conforme escreve na introdução: “A solução mais adequada consistiu apenas em varrer o texto, desbastando-o quase só no nível da escrita, juntando apenas algumas menções ao **Livro do Desassossego**”, p. 8-9.

espaço da nidificação, compreendendo-se assim o fato de os referidos autores procurarem redimir a condição humana. Para tanto, traçam uma trajetória em certo ponto antikafkiana, visto que o propósito inicial consiste no resgate da consciência, a despeito de um mundo adverso e absurdo. Se o indivíduo habita um mundo que o despersonalizou, há de se tentar devolver-lhe o perfil perdido...” (pág. 103). Já observei, em outra passagem deste texto, às diferenças e semelhanças com que o termo “errância” está sendo por mim entendido e empregado. A leitura que fiz de Clarice Lispector, considerando os seus aspectos de “existencialismo errante”, se deve basicamente às análises de I. Lucchesi (1987) e de B. Nunes (1989) sobre como Clarice Lispector emprega os verbos *ser*, *existir* e *olhar* nas suas narrativas e a proximidade que as mesmas têm com o pensamento de Heidegger, Kierkegaard, Camus e Sartre.

Clarice Lispector, ela própria, era uma errante. Nasceu na Ucrânia, passou a infância em Maceió e Recife, morou no Rio de Janeiro onde se formou em Direito, em 1944. Logo depois de concluir a universidade, muda-se com o marido, um jovem diplomata, para Nápoles. De Nápoles vai para Berna, onde nasceu o seu primeiro filho. Viveu seis meses em Torquay, na Inglaterra. Em Washington, nasceu o seu segundo filho. Em 1959, separa-se do marido e volta com os dois filhos para o Rio de Janeiro. Entre outras tantas viagens que realizou, de Belém do Pará à África do Norte, se destaca a sua participação como convidada oficial, no Congresso Mundial de Bruxaria, realizada em Bogotá, na Colômbia, em 1976 (Waldman B., 1993, pág. 174-175).

Escrever foi para Clarice Lispector a sua forma de expor as errâncias externa e interna, ou a “paixão pela existência” (Waldman, 1993, pag. 41). Como também já observei, as/os ecologistas têm na errância uma de suas características básicas e, embora o trabalho de Clarice Lispector seja abundante nessa questão, é de sua relação com a escrita que extraí o trecho de sua obra que esteve constantemente presente, como um alerta, na construção das narrativas ficcionais: “já que se há de escrever, que pelo menos não se esmaguem com palavras as entrelinhas” (Lispector, 1991, pág. 20).

4.3- Jorge Luís Borges

Como os textos de Fernando Pessoa e Clarice Lispector, são inúmeros os de Jorge Luís Borges, cujas características, estilos, fundamentos têm sido estudados em todo o mundo. Não seria incorreto afirmar que se trata do autor

latino-americano, cuja obra foi e tem sido a mais exaustivamente analisada por críticos, filósofos, psicólogos, sociólogos, físicos, etc... de diferentes perspectivas. Sendo muito diversos os aspectos de seu trabalho, são também inúmeras as possibilidades que oferecem na construção de narrativas ficcionais. Alias, estilo de escrita que, como já foi observada por Pierre Macherey (1966), é o precursor. O profundo interesse e envolvimento com a história, ficção e o imaginário de outras culturas, além da sua própria, aliada a sua vivência de viajante, desde a juventude, o conhecimento de várias línguas fez com que Jorge Luís Borges, como observa a sua companheira e viúva Maria Kodama, “apesar de ser essencialmente de seu país, conseguiu atingir (*transcender*) o universal”¹².

A sua sensibilidade e relação com os livros, os que realmente foram escritos, os que são dados como definitivamente perdidos, as traduções e as suas diversas versões, assim como os que comenta, deixando o leitor na dúvida sobre se são realmente livros existentes ou produtos de sua imaginação, ocupam papel fundamental na sua existência e na sua literatura. Em 1955, mesmo ano em que assume a direção da Biblioteca Nacional de Buenos Aires, inicia-se também a sua cegueira. Sobre essa coincidência e paradoxo, escreveu: “*nadie rebaje a lagrima o reproche/Esta declaración de la maestria/ De Diós, que con magnífica ironia/Me dió a la vez los libros y la noche*”¹³.

A ordem das bibliotecas que, para Borges, precisa ser decifrada como um labirinto, não pode ser pensada como uma busca simplista e conformista da ordem do mundo. As bibliotecas, como os labirintos, têm os seus caminhos, meandros, encruzilhadas, bifurcações, pistas, armadilhas, que conduzem a surpresas, prazeres e perigos. A inevitável poeira sobre os textos, além da sua concretude, traz as marcas do tempo, do percurso das palavras da história e das histórias que se revelam em cada página. Uma biblioteca é todo um universo, ou melhor, um labirinto que teve em Jorge Luis Borges, até o momento, o seu melhor e mais sistemático explorador.

Além dos labirintos, o espelho, por ser um objeto que reflete imagens do mundo, o inverso da realidade, é um outro símbolo recorrente na obra do escritor argentino. Embora esse mundo refletido seja irreal, ele nos dá a imagem de

¹² “Inscripción”, ao livro de Jorge Luís Borges, **El tamaño de mi esperanza**. Barcelona: Seix Barral, 1994, p. 9.

¹³ Esse texto foi publicado em 1960, no **El Hacedor**. Extraí-o da contra-capá do livro **El Tamaño de mi esperanza**.

nos mesmos situados nesse mundo irreal. Este é um “exercício” do qual Jorge Luis Borges se utiliza para nos questionar sobre as noções de realidade, aparência e imagem. As imagens e aparências oferecidas pelos espelhos funcionam como a ficção, ou seja, são componentes da realidade, são o inverso da realidade, mas não são a realidade. Elas existem apenas como imagem e reflexo, sendo apenas uma pálida alegoria do real.

Os labirintos e espelhos, como metáforas, para a compreensão da complexidade do período contemporâneo na qual as/os ecologistas estão inseridos, são utilizados como parâmetros nas narrativas ficcionais da práxis ecologista, quando procuro enfatizar as tentativas das pessoas de se verem e de se situarem no mundo e o seu inverso refletido (espelhos) na busca de caminhos, alternativas e saídas dos labirintos pessoais e sociais em que se encontram. Entre os escritos de Jorge Luís Borges, que estiveram sempre presentes como orientação a construção das narrativas ficcionais, escolhi o último parágrafo do seu conto “Emma Zunz”: “*La historia era increíble, en efecto, pero se impuso a todos, porque substancialmente era cierta. Verdadero era el tono de Emma Zunz, verdadero el pudor, verdadero el odio. Verdadero también era el ultraje que había padecido; solo eran falsas las circunstancias, la hora y uno o dos nombres propios*”¹⁴.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALAZRAKI, J. **Critical essays on Jorge Luis Borges**. Boston: G.K. Hall & Co, 1987.
2. ANDRADE, O. **Um homem sem profissão**. Sob às ordens de mamãe. 2. ed. São Paulo: Globo, 1994.
3. BORGES, J. L. **El tamaño de mi esperanza**. Barcelona: Seix Barral, 1994.
4. _____, **Oeuvres complètes**. Paris: La Pleiade/Gallimard, 1993.
5. COELHO, C. N. **Os movimentos libertários em questão**. A política e a cultura nas memórias de Fernando Gabeira. Petrópolis: Vozes, 1987.
6. CRESPO, A. **Con Fernando Pessoa**. Madrid: Huega & Fierro, 1995.
7. DENITHC, B. National identity, politics and democracy. **Social Science Information**, vol 35, nº 3, September, 1996, p. 459-484.
8. EINSTEN, A.; MARIC, M. **Lettres d'amour et de science**. Paris: Seuil. 1993.

¹⁴ J. L. Borges. **El Aleph**. Buenos Aires: Emecê. 1982, p. 65-66. Extraí esse trecho de B. McGuirk. **Latin America Literature**. Symptoms, risks and strategies of post-structuralist criticism. London/New York: Routledge, 1997. p. 202-203.

9. FEATHERSTONE, M. (ed). **Global culture**. London: Sage, 1990.
10. FEYERBEND, P. **Killing Time: The autobiography**. Chicago: Chicago University Press, 1995.
11. FREIRE, P. **Cartas a Cristina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
12. GADOTTI, M. (ed). **Paulo Freire: Uma bibliografia**. São Paulo/Brasília: Cortez/Unesco, 1996.
13. GIDDENS, A. **La trasformazione dell'intimità: Sessualità, amore e erotismo nelle società moderne**. Bologna: Il Mulino, 1995.
14. GUATARI, F. **Les trois écologies**. Paris: Galilée, 1989.
15. HAJER, M. **The politics of environmental discourse**. Ecological modernization and the policy process. Oxford: Clarendon Press, 1995.
16. HALL, A. (ed). **Below the surface: Words and images in protest at French testing on Moruroa**. Auckland: Vintage, 1995.
17. HAMMERSLEY, M. **What's wrong with ethnography?** London/New York: Routledge, 1992.
18. HAVENNAR, J. M. **After Chernobyl: Psychological factors affecting health after a nuclear disaster**. Utrecht: Utrecht Universit Press, 1996.
19. KACZYNSKI, Th. J. (atribuído). **El manifesto del Unabomber: La sociedad industrial y su futuro**. Buenos Aires: Editorial Perfil, 1997.
20. LA ROSSA, R. Stories and relationships. **Journal of Social and Personal Relationships**, 1995, vol. 12, n° 4, p. 553-558.
21. LISPECTOR, C. **Para não esquecer**. São Paulo: Siciliano, 4. ed., 1992.
22. _____, **Laços de família**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 12. ed., 1983.
23. LUCCHESI, I. **Crise e escritura: Uma leitura de Clarice Lispector e Vergílio Ferreira**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
24. MACHERREY, P. Borges et le récit fictif. **Les Temps Modernes**, n° 236, 21° année, Janvier, 1966 p. 1309/1316.
25. MATOS, M.V.L. **A vivência do tempo em Fernando Pessoa**. Lisboa: Verbo, 1992.
26. MCGUIRK, B. **Latin America literature: symptoms, risks and strategies of post-structuralism criticism**, London/ New York: Routledge, 1997.
27. MELLUCI, A. Individual experience and global issues in a planetary society. **Social Science Information**, vol 35, n° 3, september 1996, p. 485-510.
28. MILTON, K. (ed). **Environmentalism: The view from anthropology**. London/New York: Routledge, 1999.
29. MUKASGASANA, Y. **La mort ne veut pas de moi**. Paris: Fixot, 1997.
30. NDUWAMUNGU, M. Rwanda, 1973-1994: Témoignage sur la dérive. **Révue Nouvelle**, Bruxelles, Mai, 1995, p. 57-68.
31. NICHOLSON, L.; SEIDMAN, S. (eds). **Social postmodernism: Beyond identity politics**, Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
32. NUNES, B. **O drama da linguagem: Uma leitura de Clarice Lispector**, São Paulo: Ática, 1989.

33. OELSCHLAEGER, M. (ed). **Postmodern environmental ethics**. Albany: State University of New York Press, 1995.
34. PAZ, O. **La llama doble: Amor y erotismo**. Barcelona: Seix Barral, 1993.
35. PECJAK, V. War crelty in the former Yugoslavia and its psychological correlates. **Politics and the Individual**, Hamburgo, Vol 4, n°1, 1994, p. 75-84.
36. PERES, A. J. Genesis y desarrollo de los procedimientos narrativos en la obra literaria de Jorge Luís Borges. In BLUHER, K. A. ; TORO, A. (eds). **Jorge Luís Borges: Variaciones interpretativas sobre sus procedimientos literarios y bases epistemológicas**. Frankfurt: Vervuert Verlag, 1992, p. 11-28.
37. PESSOA, F. **Poesias de Álvaro de Campos**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
38. REIGOTA, M. (1998), Brazilian art and literature: Oswald de Andrade's contribution to global ecology. In MURPHY, P. (ed), **The literature of nature**. An international sourcebook. Chicago/London: Fitzroy Delborn, 1998. .
39. REIGOTA, M. O pensamento ecologista na era da globalização. In ZUBIRI-ELLACURIA (ed). **Mundialización y liberación**. Managua: Universidad Centroamericana Press, 1996.
40. REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 1995.
41. ROCHA, A. C., PÉREZ, J.A. **Itoiz: del deber de la desobediencia civil al ecosabotaje**. Pamplona: Pamiela, 1997.
42. RODRIGUES, V. (org). **Muda o mundo, Raimundo!** Educação ambiental no ensino básico do Brasil. Brasília: WWF/MMA, 1997.
43. SACHS, W. (ed). **Global ecology**. A new arena of political conflict. London: Zed Books, 1993.
44. SARTRE, J. P. **Sartre no Brasil**. A conferência de Araraquara (Filosofia Marxista e Ideologia Existencialista). 2. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra/ Unesp, 1987.
45. SCOTT, D. Ethnography and education. In SCOTT, D.; USHER, R. (eds). **Understanding educational research**. London/New York: Routledge, 1996, p. 143-159.
46. SCOTT, D.; USHER, R. **Undesrtanding educacional research**. London/New York: Routledge, 1996.
47. SPINK, M.J. O discurso como produção de sentido. In SCHULUE, C.N. (org.). **Novas contribuições para a teorização e pesquisa em representação social**. Coletâneas da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia, Florianópolis, Vol 1, n°10, Setembro, 1996, p. 37-47.
48. STRAUSS, A., Identity, biography, history and symbolic representation. **Social Psychology Quarterly** , Vol. 58, n° 1, March, 1995 p. 4-12.
49. UGRESSIC, D. The confiscation of memory. **New Left Review**, n° 218, july/August, 1996, p.26-39.
50. VATTIMO, G.; ROVATTI, A.,(eds) . **Il Pensiero debole**. Milano: Feltrinelli, 1983.
51. WALDMAN, B., **Clarice Lispector: A paixão segundo C. L.** 2. ed., São Paulo: Escuta, 1993.
52. WORTHINGTON K., **Self as narrative: subjectivity and community in contemporary fiction**. Oxford: Claredon Press, 1996.